

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL DA ECT EM 31/12/2009

CAPITAL SOCIAL	ACIONISTA
R\$ 2.919.059.874,81	Capital constituído integralmente pela União, na forma do Art. 6º do Decreto-Lei, nº. 509, de 20 de março de 1969.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2009
(Valores em R\$)**NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, com sede em Brasília – DF, é Empresa Pública de direito privado, criada pelo Decreto-Lei 509, de 20/03/69, e vinculada ao Ministério das Comunicações. Rege-se pela Legislação Federal e por seu Estatuto. Sua estrutura administrativa-operacional é constituída pela Administração Central – AC, composta pelos Conselhos de Administração e Fiscal, pela Diretoria, pelos Departamentos e Órgãos do mesmo nível e por 28 Diretorias Regionais. Atua no segmento postal, sendo detentora da exclusividade sobre os serviços de recebimento, transporte e entrega de carta, cartão postal e correspondência agrupada e o recebimento, transmissão e entrega de telegramas, conforme previsto na Lei 6.538/78. No segmento financeiro, presta serviços de pagamento a aposentados e pensionistas da previdência social e como correspondente bancário realiza serviços básicos de abertura de contas correntes e de poupança, saques, depósitos, bem como recebimento de títulos, dentre outros.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis emanadas pela legislação societária em vigor e pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e com vigência obrigatória a partir deste exercício.

2.1 – Adoção da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 convertida na Lei 11.941/2009

Com a publicação da Lei 11.638/07, a contabilidade brasileira caminha rumo à convergência com as práticas internacionais já adotadas em vários países. Dentre algumas mudanças trazidas por esta Lei, houve a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que surgiu das necessidades

de tornar mais ágil a adoção dos padrões internacionais de contabilidade, ser um catalisador na emissão de normas dessa natureza no Brasil e ser um representante democrático na produção dessas informações já que fazem parte dela representantes das empresas, usuários, sociedade acadêmica e governo.

Durante o exercício de 2008, o CPC emitiu 14 pronunciamentos tratando de vários assuntos, dentre eles, a Estrutura Conceitual, criação do Ativo Intangível, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, além da orientação exclusiva para a Adoção Inicial da Lei 11.638/07 e os reflexos da Lei 11.941/09, o CPC nº 13.

No decorrer de 2009, foram emitidos mais 26 pronunciamentos, e, ainda orientações e interpretações do próprio CPC, com destaque para Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, Ativo Imobilizado, Benefícios a Empregados, dentre outros. Estes documentos emitidos em 2009 estão sendo sugeridos como de adoção obrigatória por parte dos órgãos reguladores, que já se manifestaram quanto aos referidos documentos para 2010, com efeito retroativo a 2009 para fins comparativos.

A seguir, são apresentadas as principais modificações introduzidas pela Lei n.º 11.638/07 e da Lei 11.941/09 que afetaram as práticas contábeis adotadas pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos desde 2008:

segregação do ativo em circulante e não-circulante e do passivo em circulante, não-circulante e patrimônio líquido;

- a) alteração do conceito de Imobilizado - a Lei n.º 11.638/07 determina que serão classificados no Ativo Imobilizado os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens;
- b) criação do subgrupo Ativo Intangível para registro dos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade. Especificamente no caso da ECT, foram transferidos os saldos das contas de software não agregados a máquinas e equipamentos;
- c) Diferido – apesar da permissão de permanência sob esta classificação até a completa amortização do saldo existente em 31/12/2008, a Empresa optou por baixar todos os registros do Ativo Diferido em 2008;

Reserva para Incentivos Fiscais - as doações ou subvenções governamentais para investimentos deverão sensibilizar o resultado da empresa. A ECT recebe em doações terrenos e imóveis de entes públicos, os quais eram registrados diretamente no Patrimônio Líquido e que passaram a ser registrados na conta de receita desde 2008, excluindo-se, contudo, da destinação do lucro, conforme art. 195-A da Lei 11.638/07;

- d) Ajuste a valor presente das operações a longo prazo e das relevantes de curto prazo – as aplicações financeiras, que representam 95% do total do realizável a longo prazo, estão registradas a valor de mercado, e os demais itens deste grupo são atualizados monetariamente. Os valores registrados no Passivo Não-Circulante representam o valor presente das obrigações na data do balanço. A Empresa considera como itens relevantes no curto prazo, além das aplicações financeiras que já estão registradas a valor de mercado, os valores registrados no Contas a Receber e Contas a Pagar, para os quais, foram realizados testes com base nos prazos médios de pagamento e recebimento onde se verificou que o efeito de ajuste a valor presente não era relevante.
- e) Análise permanente do grau de recuperação dos valores registrados no Ativo (*impairment*) – a Empresa deverá efetuar, anualmente, testes para verificar se os valores registrados na contabilidade são superiores àqueles passíveis de recuperação por uso ou venda. O Pronunciamento Técnico CPC 13 menciona que o primeiro teste de recuperação, para fins de revisão e ajuste dos critérios para determinação da vida útil e do cálculo da depreciação e amortização, seja feito a partir de 2009. Com a publicação do CPC 27, ficou determinado que esses critérios poderão ser aplicados nos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações financeiras de 2009 a serem divulgadas em conjunto com as demonstrações de 2010 para fins de comparação. A Empresa, no que tange aos itens relevantes, quais sejam: máquinas e equipamentos, imóveis e veículos, não identificou indícios de desvalorização por *impairment*, tendo sido feito teste de recuperabilidade específico para os equipamentos de triagem automatizada. Quanto aos Investimentos não relevantes, o tratamento dado está em conformidade (registrado pelo custo de aquisição deduzido da provisão para perdas).

NOTA 3 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices e taxas oficiais incidentes sobre ativos e passivos de curto e longo prazos.

3.1 – Estoques: avaliados pelo custo médio de aquisição, que não supera os preços de mercado e é inferior ao custo de reposição.

3.2 – Investimentos: registrados pelo custo de aquisição, acrescido de correção monetária até o exercício de 1995 e deduzidos da provisão necessária para que seus valores não estejam superiores aos recuperáveis com a venda. No momento, não há intenção de venda pela Empresa desse Ativo.

3.3 – Imobilizados: demonstrados pelo custo de aquisição ou construção, corrigidos monetariamente até 1995, observadas as Leis 7.799/89 e 9.249/95 e Decreto 332/91, e depreciados pelo método linear. Ainda, conforme disposto na legislação, desde 2007 ocorreu a mudança da taxa de depreciação de 20% para 25% relativo a motos e caminhões (veículos motorizados). As taxas de depreciação aplicadas aos bens da ECT são as seguintes:

3.4 – Intangível: grupo criado no exercício de 2008 composto por softwares que não estão agregados a Máquinas e Equipamentos, cuja taxa de depreciação anual corresponde a 10%.

3.5 – Demais ativos: apresentados pelo valor de realização acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até o exercício de 1995.

3.6 – Passivo Circulante e Passivo Não-Circulante: registrados pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias.

3.7 – Provisões: os critérios de constituição das provisões para alcances, prejuízos a apurar, valores em cobrança jurídica, reclamações trabalhistas/cíveis tiveram seus critérios de constituição revisados no exercício de 2006. As provisões para Multas e Sinistros de Trânsito e Débitos de Terceiros foram instituídas em 2008, dada a baixa expectativa de recuperação desses Ativos. Em 2009, foram revisados os critérios de provisão para débitos de agências de correios franqueadas inadimplentes, débitos de agências de correios comerciais e provisão para perdas de investimentos (FINAM/FINOR), tendo em vista que a Empresa vislumbrou indícios de recuperabilidade menor desses ativos.

3.7.1 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa: foi constituída ao final do exercício, correspondendo ao somatório de 97% dos saldos de faturamento a receber vencidos há mais de 365 dias com cobrança administrativa mais o saldo de faturas em cobrança jurídica. E ainda, nesse exercício foi acrescida à base de cálculo a inadimplência do Telegrama Fonado, tendo em vista que o índice de inadimplência apurado corresponde a 70%. A queda da inadimplência, conforme demonstrado a seguir, ocasionou reversão de R\$ 128,0 milhões no resultado. Dentre os motivos que contribuíram para essa queda, cabe mencionar o citado na nota 5.5, o encontro de contas com o INSS que representou a liquidação de R\$ 34,9 milhões e ainda outras ações na gestão da cobrança realizadas em 2009, tais como liquidação ou solução de inadimplências antigas, negociação/acerto de contas com clientes estratégicos inadimplentes.

	2009 (R\$)
Créditos administrativos com + de 365 dias em 2009 de órgãos particulares	1.736.535,77
Créditos administrativos com + de 365 dias em 2009 de órgãos públicos	11.282.028,93
Faturas em cobrança jurídica saldo até 31/12/2009	33.595.842,13
Inadimplência do Telegrama Fonado (70% do saldo)	5.515.537,83
Saldo final da provisão em 31/12/2009	50.731.512,45

	2008 (R\$)
Créditos administrativos com + de 365 dias em 2008 de órgãos particulares	73.832.500,02
Créditos administrativos com + de 365 dias em 2008 de órgãos públicos	69.340.805,07
Faturas em cobrança jurídica saldo até 31/12/2008	41.032.839,06
Saldo final da provisão em 31/12/2008	178.679.959,83

Conforme o CPC 01 – Valor Recuperável de Ativos, a reversão da perda por desvalorização de um ativo, exceto o ágio pago por expectativa de resultado futuro (*goodwill*), deve ser reconhecida imediatamente no resultado do período a menos que o ativo esteja registrado por valor reavaliado de acordo com outro Pronunciamento.

De acordo com o CPC 13 – Adoção Inicial da Lei 11.638/2007, as desvalorizações ou as reversões de desvalorizações que resultam da adoção deste Pronunciamento devem ser reconhecidas de acordo com este Pronunciamento, ou seja, na demonstração do resultado, a menos que um ativo seja contabilizado pelo valor reavaliado.

Em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Correção de Erros, o reconhecimento prospectivo do efeito de mudança na estimativa contábil significa que a mudança é aplicada a transações, a outros eventos e a condições a partir da data da mudança na estimativa. A mudança em uma estimativa contábil pode afetar apenas os resultados do período corrente ou os resultados tanto do período corrente como de períodos futuros. Por exemplo, a mudança na estimativa de créditos de liquidação duvidosa afeta apenas os resultados do período corrente e, por isso, é reconhecida no período corrente.

3.7.2 – Provisão para Alcances: constituída mensalmente, à base de 99% do saldo registrado até o mês anterior na conta Alcances, para absorver perdas causadas por detentores de valores e/ou bens da Empresa;

3.7.3 – Provisão para 13º Salário: constituída mensalmente, no valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração de cada empregado, e encargos sociais respectivos;

3.7.4 – Provisão para Férias: constituída mensalmente, no valor correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração de cada empregado, acrescido do adicional de 70% e encargos sociais respectivos para todos os empregados desde 2007;

3.7.5 – Provisão para Prejuízos a Apurar: constituída mensalmente à base de 90% do somatório dos saldos acumulados até o mês anterior das subcontas Prejuízos a Apurar Delitos Internos e Externos utilizada para fazer face às perdas referentes a roubos, furtos, extravios e espoliações, cujos processos se encontram em fase de apuração;

3.7.6 – Provisão para Agência de Correios Franqueada Inadimplente (ACFs): constituída mensalmente, à base de 30% do saldo registrado até o mês anterior da subconta ACFs Inadimplentes e 100% dos saldos acumulados até o mês anterior das subcontas Inadimplentes com Cobrança Judicial e Descredenciadas com Cobrança Judicial, para absorver possíveis perdas referentes a inadimplências das Agências de Correios Franqueadas. Ressalte-se que esse percentual foi ajustado em 2009 de forma a adequar a real recuperabilidade desse Ativo.

3.7.7 – Provisão para Débitos de Agências de Correio Comercial (ACC): constituída mensalmente, à base de 73% do saldo registrado até o mês anterior na subconta Inadimplentes e 100% do somatório dos saldos acumulados até o mês anterior das contas Inadimplentes com Cobrança Judicial e Descredenciadas com Cobrança Judicial. Esse percentual também foi revisto em 2009 para demonstrar a recuperabilidade mais próxima da realidade.

3.7.8 – Provisão para Valores em Cobrança Jurídica: constituída mensalmente, à base de 97% do somatório dos saldos acumulados até o mês anterior da subconta Cheques em Cobrança Jurídica, para fazer face às perdas decorrentes de valores ou títulos entregues ao órgão jurídico para cobrança;

3.7.9 – Provisão para Multas e Sinistros de Trânsito: constituída mensalmente, à base de 99% do saldo acumulado até o mês anterior da conta Multas e Sinistros de Trânsito;

3.7.10 – Provisão para Cobrança Jurídica de Débitos de Empregados: constituída mensalmente, à base de 99% do saldo acumulado até o mês anterior da conta Débitos de Empregados em Cobrança Jurídica;

3.7.11 – Provisão para Reclamações Trabalhistas/Cíveis: constituída à base de 100% do valor de cada demanda judicial ajuizada contra a ECT, cujo desfecho seja avaliado, pelos consultores jurídicos, como de perda provável;

3.7.12 – Provisão para Outros Débitos de Terceiros: constituída à base de 99% do saldo da subconta Outros Débitos de Terceiros;

3.7.13 – Provisão para Cobrança Jurídica de Outros Débitos de Terceiros: constituída à base de 97% do saldo da subconta Cobrança Jurídica de Terceiros, na qual são registrados os débitos de terceiros não vinculados a faturamento a receber.

3.8 – Imposto de Renda e Demais Tributos

A Empresa apura o Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ com base no Lucro Real por períodos trimestrais. As provisões foram constituídas mensalmente à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidas do adicional de 10%, nos termos da legislação vigente.

Aplicam-se à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, no que couberem, inclusive quanto à opção pelo período de apuração e pagamento, as disposições da legislação do imposto de renda. As provisões foram constituídas mensalmente à alíquota de 9% incidente sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado pelas adições, exclusões e compensações determinadas ou autorizadas pela legislação vigente.

A Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS foram calculadas no exercício de 2009 à alíquota de 0,65% e 3%, respectivamente, sobre a receita total, efetuadas as exclusões e diferimentos permitidos pela legislação.

NOTA 4 – DISPONÍVEL

4.1 – Caixa: em 31/12/2009, o valor de R\$ 121,2 milhões em caixa estava distribuído, de maneira heterogênea, em 6.164 Unidades de Atendimento, presentes em todos os Estados da Federação. Esse montante destina-se a fazer frente às operações do Banco Postal, satisfazer obrigações de pagamentos de benefícios do INSS, Vales Postais, entre outras, nos primeiros dias do mês de janeiro de 2010.

4.2 – Aplicações: as disponibilidades financeiras, decorrentes de receitas próprias, estão aplicadas nos Fundos de Investimentos Extramercado Exclusivo no Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BBDTVMM, nas carteiras compostas por Letras Financeiras do Tesouro (LFT), Nota do Tesouro Nacional (NTN-F), Letra do Tesouro Nacional (LTN) e operações compromissadas, registradas pelo valor líquido de realização, na data do balanço, conforme detalhado a seguir:

APLICAÇÃO	VALOR	PARTE
LFT	2.958.222.677,32	76,35%
LTN	417.139.631,28	10,77%
NTN-F	50.851.166,30	1,31%
Op. Compr. (1 dia) ¹	296.555.782,92	7,65%
Subtotal	3.722.769.257,82	96,08%
Ajustes ²	(14.094,79)	0%
Fundo Multimercado ³	151.865.769,72	3,92%
Total	3.874.620.932,75	100,00%
Imposto de Renda	(3.901.343,03)	-0,10%
Líquido	3.870.719.589,72	99,90%

				RENDA FIXA
VENCTO	LFT	LTN e NTN-F	Op. Compr.	TOTAIS
2010	290.550.682,18	76.616.776,33	296.555.782,92	663.719.241,43
2011	44.508.809,46	340.526.854,95		784.035.664,41
2012	445.200.053,21	50.851.166,30		496.051.219,51
2013	731.797.572,15			731.797.572,15
2014	719.362.911,91			719.362.911,91
2015	327.802.648,41			327.802.648,41
TOTAIS	2.958.222.677,32	467.990.797,58	296.555.782,92	3.722.769.257,82

¹ Operações Compromissadas deduzidas dos ajustes. ² Taxa de Administração, ajuste mercado futuro e outros.

³ Possui políticas de investimento que envolvem vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator, no caso específico, CDI e câmbio.

O montante acima está distribuído em R\$ 659,8 milhões no Circulante referente aos títulos vencíveis nos próximos doze meses e em R\$ 3,2 bilhões no Não-Circulante correspondendo aos vencimentos posteriores a este prazo.

Ainda, todo excesso de caixa que a ECT aplica em fundos de investimento, está de acordo com a Resolução do Banco Central do Brasil nº 3.284/2005, que dispõe sobre a forma de aplicação das disponibilidades oriundas de receitas próprias das Empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta.

Com relação às garantias, essas existem em virtude do Contrato de Outorga de Contragarantia Nº 10322 celebrado em 28/04/2000 entre o Banco do Brasil e a ECT, com prazo de vigência de 5.706 dias (vencendo em 12/12/2015), com a finalidade de o Banco do Brasil ser o garantidor dos Contratos de Financiamento Externos (JBIC, MARUBENI, KFW e Danske Bank) – condição necessária à época. Em contrapartida, para que o Banco seja o garantidor das operações, a ECT paga Comissões a duas de suas agências, a Agência Corporate e a BB Grand Cayman, e ainda, tem que deixar bloqueado parte dos papéis do Fundo Exclusivo Extramercado 13 no valor de R\$ 221,3 milhões em 31/12/2009.

NOTA 5 – CRÉDITOS

NATUREZA DO CRÉDITO	2009	2008
Serviços Faturados	754.458.933,39	595.428.768,86
Serviços a Faturar	74.662.641,86	47.709.119,51
Cartões de Crédito	2.565.471,64	1.639.657,45
ACF/Prestação de Contas	55.013.090,73	50.856.939,38
ACF/Débitos Negociados	2.447,95	49.294,05
Débitos Internacionais	94.524.103,17	104.450.713,28
Débitos AGC	25.725,66	76.303,20
Débitos ACC	2.405.126,68	2.773.662,58
Outros Débitos de Clientes	10.071.031,14	34.979.079,33
Total	993.728.572,22	837.963.537,64

5.1 – Serviços Faturados: representam os direitos da empresa por serviços prestados/vendas de mercadorias a clientes e estão suportados por faturas em cobranças bancária, administrativa ou jurídica. Do total dos serviços faturados, existia a inadimplência há mais de 365 dias no total de R\$ 52,1 milhões.

5.2 – Serviços a Faturar: representam os direitos da Empresa por serviços prestados a clientes, em processo de emissão de fatura de cobrança.

5.3 – ACF/Prestação de Contas: refere-se aos direitos da Empresa junto a franqueados, correspondente à arrecadação da última quinzena do mês.

5.4 – Débitos Internacionais: corresponde aos direitos junto a clientes e Correios internacionais com os quais a ECT mantém parceria comercial. Esses valores foram corrigidos pela variação do Direito Especial de Saque – DES, na data do balanço, sendo o decréscimo de saldo justificado pela oscilação negativa das moedas estrangeiras.

5.5 – Outros Débitos de Clientes: refere-se a créditos da Empresa, principalmente relativos a serviços prestados ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS. A redução de 71% de seu saldo se deve principalmente ao recebimento de fatura do INSS, o qual representou a liquidação do direito correspondente a R\$ 26,0 milhões.

NOTA 6 – ESTOQUES

Os materiais em estoque estão avaliados pelo custo médio de aquisição e armazenados em dois grandes Centros de Distribuição de Materiais, responsáveis por suprir, sistemática e tempestivamente, as unidades administrativas, além de 6.164 Unidades de Atendimento e demais unidades operacionais.

MATERIAIS ESTOCADOS	2009	2008
Combustíveis e lubrificantes	59.743,24	129.315,34
Material para consumo	24.845.979,34	21.040.410,13
Material para revenda/almojarifados	14.406.061,36	8.593.217,90
Material para revenda/Agência	0,00	6.820,09
Material em trânsito	43.736,55	(556.697,90)
Material em consignação	1.802.170,54	1.467.378,34
TOTAL	41.157.691,03	30.680.443,90

NOTA 7 – OUTROS VALORES E BENS**7.1 – Adiantamentos**

ADIANTAMENTOS	2009	2008
Adiantamento Salarial	1.987.734,82	1.930.408,10
Adiantamento de Férias	76.698.598,35	69.936.865,78
Outros Débitos de Empregados	4.471.289,15	4.929.329,30
Demais Adiantamentos	3.986.989,67	2.686.972,60
TOTAL	87.144.611,99	79.483.575,78

7.1.1 – Salarial: caracterizam-se como adiantamento salarial, os débitos de empregados decorrentes de cobertura de saldo negativo e de qualquer outra forma de antecipação salarial autorizada, compensável em folha de pagamento, exceto adiantamento de férias.

7.1.2 – Férias: adiantamento de salário concedido por ocasião do gozo de férias, cuja devolução poderá ocorrer em até 5 (cinco) parcelas.

7.1.3 – Outros débitos de empregados: o montante de R\$ 4,5 milhões refere-se a débitos decorrentes de prejuízos causados por empregados à Empresa, como diferenças de caixas e outros.

7.1.4 – Demais adiantamentos: referem-se aos adiantamentos a empregados da Empresa, para pagamento de despesas sujeitas a posterior comprovação e ao valor devido por Órgãos Públicos pelos empregados cedidos.

7.2 – Valores a Compensar

DIREITOS A COMPENSAR	2009	2008
Salário-família	2.009,90	2.639,27
Salário-maternidade	435.163,68	432.952,92
IRRF/Aplicações financeiras	64.574.211,26	37.220.638,03
IR a restituir	0,00	4.070,10
ICMS a recuperar/compensar	97.265,53	31.890,48
IR – retido na fonte – Lei 9.430	21.398.509,62	20.929.643,48
CSLL retido na fonte – Lei 9.430	4.291.246,57	4.233.276,69
COFINS retido na fonte – Lei 9.430	5.991.050,97	4.441.571,61
PIS/PASEP retido na fonte – Lei 9.430	1.248.837,42	962.369,22
INSS retenção por clientes	1.793.801,46	640.200,43
Recolhimentos indevidos – Lei 10.833/03	120.127,09	331.833,88
Recolhimento indevido – INSS	240.581,83	374.921,22
INSS: pagamentos benefício/Empregados	14.646,88	145.142,65
Pagamentos Transitórios ERP	22.280,83	37.716,18
Outros Impostos e Encargos Sociais a Compensar	501.686,32	346.051,84
TOTAL	100.731.419,36	70.134.918,00

7.2.1 – Imposto de renda retido na fonte: o montante de R\$64,6 milhões refere-se ao Imposto de Renda, compensável, cobrado sobre os rendimentos das aplicações financeiras. Seu incremento em 2009 decorre principalmente da não compensação do IR de aplicações no segundo trimestre, devido ao prejuízo fiscal apresentado, principalmente devido ao comentado na NE 16.3.

7.2.2 – Tributos e Contribuições/Lei nº 9.430: os valores R\$21,4 milhões (IRRF); R\$4,3 milhões (CSLL); R\$6,0 milhões (COFINS) e R\$1,2 milhão (PIS/PASEP) referem-se aos tributos e contribuições retidos, por órgãos da Administração Pública Federal, quando do pagamento de produtos e/ou serviços adquiridos na ECT.

7.2.3 – Recolhimentos indevidos – Lei nº 10.833/2003: o montante de R\$120 mil refere-se aos valores recolhidos à Receita Federal do Brasil, decorrentes de retenções indevidas de tributos, os quais, atualizados pela SELIC, podem ser compensados com qualquer imposto ou contribuição administrada pela Receita Federal, após seu deferimento.

7.3 – Cobrança Jurídica/Inadimplência

DIREITOS EM COBRANÇA JURÍDICA	2009	2008
Faturas em cobrança jurídica	33.595.842,13	41.032.839,06
Cheques em cobrança jurídica	455.662,84	1.148.691,09
Outros direitos em cobrança jurídica	0,00	42.250.717,32
Faturas vinculadas a cheques em cobrança jurídica	653,98	9.564,18
Provisão para direitos em cobrança jurídica	(505.080,30)	(41.784.659,26)
Alcances	32.823.534,53	31.578.916,06
Provisão para alcances	(32.381.878,61)	(31.166.807,50)
Inadimplentes ACF	1.676.806,20	2.112.028,43
Inadimplentes com cobrança jurídica	944.888,40	849.985,37
Descredenciadas com cobrança jurídica	15.043.825,15	31.974.752,46
Provisão para débito de ACF	(16.470.980,69)	(30.053.331,87)
Débitos de empregados em cobrança jurídica	2.066.156,32	1.148.216,03
Provisão para débitos de empregados em cobrança jurídica	(1.951.584,06)	(1.049.689,69)
Cobrança jurídica de débitos de terceiros	16.250.086,14	0,00
Provisão para cobrança jurídica de débitos de terceiros	(14.132.438,29)	0,00
TOTAL	37.415.493,74	48.051.221,68

7.3.1 – Faturas em cobrança jurídica: o montante de R\$ 33,6 milhões refere-se a débitos, em valores históricos, de inadimplentes, cuja cobrança é realizada pela área jurídica da Empresa.

7.3.2 – Outros direitos em cobrança jurídica: o zeramento de seu saldo refere-se principalmente à baixa contábil de processos, conforme demonstração a seguir dos relevantes (R\$ 24,4 milhões), permanecendo a cobrança no âmbito jurídico, e ainda, à posterior criação e transferência do saldo remanescente (R\$ 16,3 milhões) para a subconta cobrança jurídica de débitos de terceiros, a qual é acobertada pela provisão de R\$ 14,1 milhões.

INADIMPLENTE	VALOR (R\$)	PROCESSO
Alston – Contrato 10.572/2001	5.334.766,15	2004.34.00.014964-2 2004.34.00.018354-2
Société Générale – Contrato 8.909/1997	19.107.150,03	2004.34.00.048887-8
Total	24.441.916,18	

7.3.3 – Alcances: o montante de R\$ 32,8 milhões refere-se a débitos, de empregados, decorrentes de ilícitos cujos processos (Tomada de Contas Especiais – TCE) foram enviados ao Tribunal de Contas da União – TCU para análise e julgamento.

7.3.4 – Descredenciadas com cobrança jurídica: o montante de R\$ 15,0 milhões refere-se a débitos de Agências de Correios Franqueadas – ACF, descredenciadas em face dos descumprimentos de cláusulas do contrato de franquia. Para esses casos, a ECT tem ajuizado ações de cobrança.

7.3.5 – Débitos de empregados em cobrança jurídica – o montante de R\$ 2,1 milhões refere-se a débitos de ex-empregados, apurados em processo regular, de valor inferior ao definido pelo Tribunal de Contas da União para instauração de Tomada de Contas Especial e para outros casos excepcionais, em que não tenha sido possível o desconto por meio da folha de pagamento. Até 2007, esses fatos estavam registrados na conta de Alcances ou Outros Débitos de Empregados, conforme o caso.

7.3.6 – Cobrança jurídica de terceiros – do montante de R\$ 16,3 milhões, R\$ 11,8 refere-se ao quadro a seguir e os demais valores são referentes à cobrança de fornecedores por vícios contratuais ou outras cobranças.

Devedor	Valor (R\$)	Observação
Interunion Capitalização – Papa-Tudo	11.763.674,05	Em fase de negociação/análise para liquidação do crédito mediante acordo extrajudicial.

7.4 – Valores a Apurar

PREJUÍZOS EM APURAÇÃO	2009	2008
Prejuízos a apurar – delitos externos	8.871.780,70	10.714.635,56
Prejuízos a apurar – delitos internos	18.312.417,89	15.301.018,35
Provisão para prejuízos a apurar	(22.533.854,02)	(22.773.126,76)
Outros	336.584,90	(2.381.365,71)
TOTAL	4.986.929,47	861.161,44

7.4.1 – Delitos Externos/ Delitos Internos: os montantes de R\$8,9 milhões e R\$18,3 milhões referem-se aos registros de prejuízos causados, respectivamente, por terceiros ou por empregados, cujos processos de apuração de responsabilidades ainda não foram concluídos. Em face da ECT ser uma entidade da Administração Pública Federal todos os danos causados ao seu patrimônio são comunicados à Superintendência da Polícia Federal.

7.5 – Provisão Para Perdas no Recebimento de Créditos: a Empresa com fundamento nos princípios contábeis e na Lei 9.430/96 (art. 9º e 10), converte, contabilmente para despesas, parte dos valores registrados nas contas citadas nas Notas 7.3.1, 7.3.2, 7.3.3, 7.3.4, 7.3.5, 7.3.6 e 7.4.1 conforme diretrizes constantes da Nota 3.

7.6 – Outros Créditos

OUTROS CRÉDITOS	2009	2008
Notas promissórias	38.575,27	41.015,60
Vale postal internacional – importação	215.772,01	260.001,44
Outros débitos de terceiros	3.896,29	34.179,16
Outros pagamentos por conta de terceiros	18.693,69	1.530,00
Multas e sinistros de trânsito	52.899,39	28.639,24
Serviço médico de aposentados	713.197,17	817.339,95
Outros	82.138,72	(10.858,16)
TOTAL	1.125.172,54	1.171.847,23

7.6.1 – Vale Postal Internacional – Importação: a importância de R\$ 215,8 mil refere-se aos vales postais encaminhados pelas Administrações Postais para pagamento em território nacional.

7.6.2 – Multas e Sinistros de Trânsito – o valor de R\$ 52,9 mil é referente a multas e sinistros de trânsito passíveis de decisão jurídica com relação ao desconto do empregado.

7.6.3- Serviço Médico de Aposentados – corresponde aos valores de co-participação do serviço médico-odontológico prestado aos aposentados.

NOTA 8 – NÃO-CIRCULANTE

8.1 – Aplicações: vide Nota 4.2

8.2 – Imóveis Funcionais: o valor de R\$ 6,1 milhões refere-se ao saldo remanescente, atualizado monetariamente, da venda, em 1991, de imóveis residenciais funcionais, cuja cobrança e recebimento das prestações estão sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal – CEF.

8.3 – Despesas Antecipadas – o valor de R\$ 50,4 mil corresponde aos seguros do contrato de financiamento internacional nº 1036/1999 – Mecanização da Triagem - MECTRI e reflete o valor presente do direito.

8.4 – Depósitos Judiciais, Recursais e Administrativos.

NATUREZA DO CRÉDITO	2009	2008
Depósitos judiciais	17.100.252,29	28.605.718,75
Depósitos recursais	22.728.832,18	30.865.835,82
Depósitos recursos administrativos	54.942.114,77	48.234.874,25
Assistência Jurídica – livre escolha	748.548,85	748.548,85
TOTAL	95.519.748,09	108.454.977,67

Os valores de R\$ 17,1 milhões; R\$ 22,7 milhões e R\$ 54,9 milhões referem-se aos depósitos realizados para fazer face às demandas judiciais em que a ECT figura como réu, cabendo ressaltar o seguinte:

- os depósitos judiciais são decorrentes de cumprimento de determinações judiciais e recebem atualização monetária mensalmente;
- os depósitos recursais decorrem da interposição de recursos em instância superior em face de derrota em primeira instância e são atualizados monetariamente todos os meses;
- os depósitos recursais administrativos são valores, a favor do INSS, equivalentes a 30% do valor do auto de infração relativos às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD. Mediante esse depósito, a ECT interpõe recurso administrativo.

8.5 – Outros: do montante de R\$ 51,7 milhões de créditos a realizar, R\$ 48,7 milhões refere-se ao depósito de poupança-garantia pelo contrato comercial 531/2005 com a Caixa Econômica Federal registrado a valor presente.

NOTA 9 – INVESTIMENTOS

Do montante de R\$ 5,2 milhões, os valores mais significativos são aqueles decorrentes de Participações não relevantes (Companhias Telefônicas). Cabe mencionar que a provisão para as perdas com o FINAM/FINOR foi ajustada para 100% do saldo, tendo em vista o desempenho negativo apresentado por estes fundos desde 2002, motivo da queda de saldo apresentada. No momento, não há intenção de venda desses Ativos.

NATUREZA DOS INVESTIMENTOS	2009	2008
Participações não relevantes	3.516.285,68	3.521.717,72
FINAM	12.793.728,91	12.793.728,91
FINOR	15.268.161,72	15.268.161,72
Provisão para perdas	(28.061.890,63)	(15.879.924,35)
Museus e coleções	740.245,62	713.703,59
Outros investimentos	894.419,42	894.386,50
TOTAL	5.150.950,72	17.311.774,09

NOTA 10 – IMOBILIZADO

A Lei 11.638/2007 determinou o uso na contabilidade societária das vidas úteis econômicas (e não fiscais) e da utilização de valores residuais no cálculo das depreciações e amortizações. Estudos estão sendo feitos de forma a definir a vida útil dos bens e espera-se a implantação a partir de 2010, em consonância com o CPC 27.

NATUREZA DO BEM	2009	2008
Bens imóveis	628.586.905,40	619.000.683,95
Terrenos	97.558.016,25	97.646.227,53
Prédios	505.407.626,50	503.050.612,33
Instalações em prédios próprios	327.718.334,15	279.022.102,50
Benfeitorias e instalações imóveis de Terceiros	170.350.757,83	148.851.095,64
Depreciação/ Amortização Acumulada	(472.447.829,33)	(409.569.354,05)

NATUREZA DO BEM	2009	2008
Bens móveis	736.122.957,99	815.953.889,06
Móveis e Utensílios	274.933.827,30	232.090.602,95
Máquinas e Equipamentos	1.190.197.732,86	1.179.051.422,62
Veículos Motorizados	292.258.262,74	269.452.612,72
Veículos não Motorizados	8.845.786,08	8.642.224,55

Ferramentas e Instrumentos	3.403.264,79	3.039.143,50
Equipamentos de Processamento de Dados	482.538.587,74	451.507.881,29
Depreciação/Amortização acumulada	(1.516.054.503,52)	(1.327.829.998,57)

NATUREZA DO BEM	2009	2008
Imobilizado em andamento	167.387.637,32	165.424.864,99
Obras em andamento	159.419.314,94	145.382.508,07
Aquisições de bens móveis em andamento	7.145.704,10	17.689.069,34
Material/bens a imobilizar	822.618,28	1.468.105,98
Adiantamentos para inversões fixas	0,00	14.392,51
PPA/Rede Corporativa	0,00	719.973,98
PPA/Mecanização da Triagem	0,00	27.682,00
PPA/SCADA – Sistema de Captação de Dados	0,00	78.694,84
PPA/Gerenciamento de Fila	0,00	44.438,27

10.1- Imobilizado em Andamento

À exceção dos três primeiros itens de imobilizados em andamento, os demais foram baixados em 2009 tendo em vista não haver expectativa de imobilização, adequando dessa forma a recuperabilidade, conforme definido CPC 01.

NOTA 11 – INTANGÍVEL

Em consonância com o CPC 13, em 2008, foram transferidos do Imobilizado os *Softwares* que não estavam integrados às Máquinas e Equipamentos.

NATUREZA DO BEM	2009	2008
Bens Intangíveis	25.899.916,17	47.855.275,37
Softwares, Licenciamentos e Similares	193.211.887,33	186.452.534,33
Amortização Acumulada	(167.311.971,16)	(138.597.258,96)

NOTA 12 - PASSIVO CIRCULANTE

Os itens do Passivo Circulante não trazidos a valor presente referem-se a obrigações de giro rápido, normalmente liquidados até o dia 15 de cada mês, como folha de pagamento (resíduos e encargos) e fornecedores, o que não representa relevância para esse fim.

12.1 – Encargos Sociais: ocorreu uma variação positiva na ordem de 33,5% no montante dos encargos sociais quando comparados 2009 (R\$ 169,9 milhões) com 2008 (R\$ 127,3 milhões) a qual tem explicação pelo acréscimo da folha de pagamento e pelo registro da parcela de curto prazo para cobrir o Plano de Custeio do Benefício Definido Saldado – Postalis referente ao exercício de 2009, conforme NE 15.

ENCARGOS SOCIAIS	2009	2008
INSS – empregador	70.640.240,28	67.218.168,23
Postalis – Empregador	392.321,60	22.146.811,05
SENAI adicional	564.821,10	726.038,14
Salário educação	6.687.452,73	6.318.055,60
FGTS	30.794.651,21	29.726.416,46
INSS - contribuinte individual	717.944,44	650.602,58
INSS – cooperativas	464.556,28	490.472,68
Postalprev Empregador	12.360.696,59	0,00
Reservas a Amortizar – Serviço Passado	47.320.560,84	0,00
Outros encargos patronais	0,00	(87,39)
TOTAL	169.943.245,07	127.276.477,35

12.2 – Impostos e Contribuições: houve um incremento de 62% no saldo de obrigações tributárias de 2008 para 2009 causado, principalmente, pelo acréscimo dos impostos vinculados à receita (PASEP e COFINS) e pelo aumento em IRPJ e CSSL em decorrência do crescimento das despesas indedutíveis, principalmente em função do registro comentado na NE 15.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	2009	2008
INSS Empresas - retenção fonte	3.927.289,12	4.212.074,06
INSS retenção - contribuinte individual	270.274,46	243.208,68
Obrigações Tributárias	101.492.469,40	94.678.260,49
INSS contribuinte individual	2.301,25	2.868,35
ISSQN – retido de terceiros	7.044,86	8.241,11
IRF - retido de terceiros	713,23	728,82
Retenções na fonte - LEI 9.430/96	1.419,25	42.525,90
IRPJ	114.262.966,15	45.810.472,33
CSSL	42.969.994,46	17.194.544,75
TOTAL	262.934.472,18	162.192.924,49

12.3 – Dividendos a pagar: foram registrados, inicialmente, Juros sobre Capital Próprio equivalentes a R\$ 145,3 milhões. Contudo, tendo em vista que o lucro de 2009 foi abaixo daquele valor (R\$ 117,5 milhões) a legislação permite que essa diferença seja integrada ao Capital Social da Empresa, restando dessa forma R\$ 55,8 milhões a serem repassados à União, sem destinação de Dividendos.

DIVIDENDOS A PAGAR	2009	2008
Dividendos	0,00	191.625.617,33
Juros sobre Capital Próprio – JCP	55.834.496,69	188.902.084,45
Total	55.834.496,69	380.527.701,78

12.4 – Arrecadação e Recebimentos: do montante de R\$155,9 milhões, destacam-se as obrigações de pagamentos decorrentes de captação de depósitos bancários, na qualidade de correspondente bancário, no valor R\$120,4 milhões; seguida de R\$18,1 milhões referentes aos recebimentos para o Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalís e R\$5,9 milhões decorrentes das transferências de numerário de terceiros, via serviço de Vale Postal Nacional. Além destas, as demais obrigações que compõem esse grupo estão em destaque no quadro a seguir. Cabe salientar que essas obrigações são liquidadas mensalmente e na forma pactuada.

ARRECAÇÃO E RECEBIMENTOS	2009	2008
Captação de depósitos bancários	120.390.167,90	116.984.381,23
Recebimento para o Postalis	18.118.961,83	16.623.292,66
Emissão vale postal nacional	5.871.465,31	7.322.460,10
Cheque correios – venda	0,00	2.970.265,37
Venda de produtos de terceiros	131.979,11	68.642,41
Recebimento de Contas-Serviços Públicos	1.455.892,47	2.145.023,87
Recebimento de Contas-Serviços Particulares	1.021.006,87	1.380.035,84
Reembolso Postal – entrega	1.380.386,09	905.164,66
Venda de Título de Capitalização	909.216,43	1.242.561,38
Recebimento de Imposto de Importação	2.288.396,64	2.069.496,27
Outros Recebimentos	4.284.548,35	2.000.009,01
TOTAL	155.852.021,00	153.711.332,80

12.5 – Adiantamentos de clientes: do montante de R\$ 17,4 milhões de passivo decorrentes de adiantamento de clientes, destaca-se a parcela de R\$ 9,0 milhões referente à Mala Direta Internacional, relativos a depósitos efetuados pelos clientes estrangeiros para prestações de serviços pelo Brasil.

12.6 – Contas Internacionais a Pagar: o valor de R\$ 39,3 milhões representa as obrigações da Empresa para com as Administrações Postais, Operadores Privados e Cias. Aéreas em face das transações internacionais dos Correios. Esse valor está corrigido pela variação do Direito Especial de Saque – DES, refletindo, portanto, seu valor presente.

12.7 – Precatórios e Mandados Judiciais: são obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas mensalmente da atualização monetária, vencíveis em 2010 (Circulante: R\$ 29,3 milhões) e a partir de 2010 (Não-Circulante: R\$ 153,3 milhões).

PRECATÓRIOS/MANDADOS JUDICIAIS	2009	2008
Precatórios (Circulante)	29.283.209,36	23.406.759,99
Precatórios (Não-Circulante)	6.088.480,70	1.315.980,87
Ações de fornecedores (Não-Circulante)	147.207.378,39	133.910.501,93
TOTAL	182.579.068,45	158.633.242,79

12.8 – Empréstimos e Financiamentos: obrigações decorrentes de financiamentos, em moeda estrangeira, com períodos de amortização entre cinco e dez anos com garantias do Banco do Brasil S/A. Para o exercício de 2010, foram aprovisionados R\$ 33,5 milhões, sendo R\$ 31,2 milhões composto conforme quadro abaixo e R\$ 2,3 milhões de juros/comissões sobre estes financiamentos. Nos exercícios seguintes, temos mais R\$ 73,3 milhões para os mesmos agentes financeiros.

AGENTE FINANCEIRO	VIGÊNCIA	SITUAÇÃO DOS CONTRATOS – 31/12/2009				SALDO A LIQUIDAR EM R\$ – 31/12/2010			
		MOEDA	ORIGINAL	PAGO ATE 31/12/2009	SALDO	COTAÇÃO	TOTAL	EM 2010	APÓS 2010
KFW (Alemanha)	28/02/2000	EUR	62.129.884,50	43.646.257,96	18.483.626,54	2,507330	46.344.551,34	13.456.781,63	32.887.769,71
JBIC/Marubeni Corporation	12/05/2000	JPY	8.773.868.531	6.205.872.963,99	2.567.995.567,01	0,018809	48.301.428,62	12.832.690,90	35.468.737,72
Danske Bank A/S (Dinamarca)	14/06/2000	EUR	18.246.872,50	14.310.835,73	3.936.036,77	2,507330	9.868.943,06	4.876.606,01	4.992.337,05
T O T A I S							104.514.923,02	31.166.078,54	73.348.844,48

AGENTE FINANCEIRO	VIGÊNCIA	SITUAÇÃO DOS CONTRATOS – 31/12/2008				SALDO A LIQUIDAR EM R\$ – 31/12/2009			
		MOEDA	ORIGINAL	PAGO ATE 31/12/2008	SALDO	COTAÇÃO	TOTAL	EM 2009	APÓS 2009
KFW (Alemanha)	28/02/2000	EUR	62.129.884,50	38.365.215,92	23.764.668,58	3,238150	76.953.561,56	17.100.806,15	59.852.755,41
JBIC/Marubeni Corporation	12/05/2000	JPY	8.773.868.531	5.261.568.374	3.512.300.157	0,025800	90.617.344,05	22.143.458,11	68.473.885,94
Danske Bank A/S (Dinamarca)	14/06/2000	EUR	18.246.872,50	12.342.817,37	5.904.055,13	3,238150	19.118.216,12	6.372.738,65	12.745.477,47
T O T A I S							186.689.121,73	45.617.002,91	141.072.118,82

AGENTE FINANCEIRO	TAXA DE JUROS	PRAZO FINAL
KFW (Alemanha)	6,36% aa	28/02/2013
JBIC	2,10% aa	12/12/2015
Marubeni Corporation	JLTPR + 2,5% aa	12/12/2013
Danske Bank A/S (Dinamarca)	5,97% aa	30/09/2011

12.9 – Participação nos Lucros e Resultados – PLR: nesse exercício foram destinados R\$ 104,7 milhões a título de PLR, conforme proposta encaminhada pela Empresa ao Ministério das Comunicações por meio do OF 0289/2010 PRESI, acatada por aquele Órgão conforme Aviso 00076/2010 ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, confirmado por este pelo Ofício 301/SE-MP. Ressalte-se que a importância registrada no Circulante é R\$ 106,7 milhões, devido aos resíduos da PLR de 2008 ainda não pagos a empregados afastados.

12.10 – Receitas a apropriar: com um total de R\$ 62,1 milhões, é composta por R\$ 48,3 milhões referente às luvas do Banco Postal (atualizadas monetariamente) e R\$ 13,7 milhões relativos aos recebimentos decorrentes de aluguéis de Caixas Postais que, em face do regime de competência adotado pela Empresa, devem ser apropriadas no curso de 2010.

12.11 – Juros Remuneratórios sobre Capital Próprio: o montante de R\$ 55,8 milhões refere-se ao crédito para a União, acionista único, a título de remuneração do capital próprio. O valor foi calculado pela Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP) sobre o Patrimônio Líquido ajustado nos termos da Legislação vigente e da decisão da Diretoria da Empresa de 19/04/2006. Esse montante é atualizado mensalmente até que ocorra seu recolhimento.

NOTA 13 – PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

13.1 – Provisões: o montante de R\$ 236,9 milhões refere-se a provisões constituídas à base de 100% do valor de cada demanda judicial ajuizada contra a ECT, cujo desfecho, foi avaliado pelos consultores jurídicos como de provável perda. O valor contabilizado está atualizado monetariamente até 31/12/2009.

PROVISÕES	2009	2008
Demandas trabalhistas	205.628.882,81	193.504.339,99
Demandas cíveis	31.267.552,42	49.215.818,95
TOTAL	236.896.435,23	242.720.158,94

13.2 – Contingências Passivas: em 31/12/2009, a Empresa era Ré em outras 15.321 demandas judiciais, já com perda em primeira instância, cujo montante pleiteado era da ordem de R\$ 364,3 milhões. Entretanto, o efeito financeiro e o prazo para desembolso são de difícil mensuração haja vista os diversos recursos que ainda serão impetrados nas instâncias seguintes. De acordo com o CPC 25, não cabe provisão para essas contingências em face do risco jurídico ser, ainda, de possível perda. Há também um passivo fiscal não-reconhecido, classificado como perda remota, haja vista a tese de imunidade tributária defendida pela Empresa, em apreciação pelo Superior Tribunal Federal.

13.3 – Tributos compensados: o montante de R\$ 92,6 milhões refere-se a valores de tributos não recolhidos e compensados com créditos apurados em trabalho realizado pela IAB – Assessoria Tributária Ltda, em demanda judicial.

13.4 – Outros débitos: o montante de R\$ 48,3 milhões é referente às Luvas do Banco Postal, cuja apropriação se dará após doze meses.

NOTA 14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1 - Capital Social: Conforme o Art. 192 da Lei 6.404/1976, juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da companhia aprovaram proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido. Em função disso o Capital Social da Empresa passa de R\$ 1.868,9 milhões, para R\$ 2.919 milhões.

14.2 - Reservas de Capital/Outras Reservas: o montante de R\$ 37,6 milhões refere-se ao recebimento de bens em doações de órgãos públicos anteriores à publicação da Lei 11.638/2007.

14.3 - Reserva Legal: o valor de R\$ 209,5 milhões refere-se à parcela de 5% do lucro até 2009 destacada para constituição da Reserva Legal.

14.4 – Reserva para Contingências – o montante de R\$ 793,0 milhões foi revertido para Lucros Acumulados, tendo em vista a aprovação do Plano de Custeio para 2009 na Reunião do Conselho de Administração (RECA 03/2009) e a apresentação pelo fundo de pensão Postalis de respostas aos quesitos formulados pelos Conselhos de Administração e Fiscal da ECT, por meio do Relatório RN/Postalis 001/2010, conforme NE 15.

14.5 - Lucros Acumulados: o valor remanescente de R\$ 759,4 milhões representou a compensação do resultado auferido pela Empresa adicionado da Reserva para Contingências revertida, o qual se encerra com saldo zerado em decorrência das destinações.

NOTA 15 - FUNDO DE PENSÃO

A ECT é patrocinadora de uma entidade fechada de previdência privada complementar, sem fins lucrativos, constituída em 26 de janeiro de 1981, denominada Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalis, que tem por finalidade garantir a suplementação dos benefícios de aposentadoria e pensão a seus empregados e participantes, por meio do Plano de Benefício Definido – PBD e do Plano de Contribuição Definida – Postalprev. Suas reservas matemáticas são calculadas atuarialmente e revisadas de forma periódica.

Atualmente, o PBD não recebe mais adesões e seu saldamento ocorreu em março de 2008 e o saldo registrado até então era de R\$ 632,8 milhões.

Em março de 2009, foi apresentado pelo Postalis à Diretoria da ECT o Plano de Custeio do Benefício Definido Saldado referente ao exercício de 2009 para homologação. Este documento apresentou a avaliação atuarial do Plano BD Saldado, com a demonstração de R\$ 792.994.124,00 (setecentos e noventa e dois milhões, novecentos e noventa e quatro mil, cento e vinte e quatro reais) como valor adicional necessário para a cobertura do risco atuarial adicional (RTSA) decorrente do saldamento do Plano BD do Postalis.

Em função da relevância dos números do RTSA Adicional, bem como do requisito da NPC nº 26 ao determinar que os procedimentos de análise e contabilização devam ser cumpridos em conjunto com um atuário, a Diretoria da ECT recomendou a contratação de empresa especializada, com o fim específico de emitir parecer sobre a avaliação atuarial do Plano de Custeio de Benefício Definido Saldado. Tendo em vista a reprovação do Plano de Custeio para 2009 na 10ª Reunião de Diretoria, realizada em 18/03/2009, a Área Financeira da ECT, mantendo o princípio da Prudência, propôs naquela época a constituição de Reserva de Contingências no montante equivalente ao valor apresentado pelo Postalis até a homologação do Relatório Técnico Atuarial pela autoridade competente.

Em 14/07/2009 mediante reunião entre os representantes da ECT, Postalis, DEST/MPOG e ex-SPC/MPS, ficou acordado que os Correios aprovariam condicionalmente o Plano de Custeio do Benefício Definido Saldado apresentado pelo Postalis, ao mesmo tempo em que seria realizada uma auditoria

nos cálculos dos valores da RTSA, por intermédio de empresa especializada indicada pela ECT e contratada pelo Postalis, de acordo com os pré-requisitos definidos pelo Conselho de Administração da ECT, com resposta aos quesitos formulados por este.

Em 12/01/2010, por meio do Relatório RN/Postalis 001/2010, foram apresentadas por aquele Instituto de Seguridade respostas aos quesitos formulados pelos Conselhos de Administração e Fiscal da ECT.

Em 05/05/2010, os Conselhos de Administração e Fiscal proferiram em decisão conjunta que a ECT reconhecesse o RTSA adicional apresentado em 2008.

Assim, considerando a entrega do relatório técnico, os fatos anteriormente relatados, a manifestação da atuária, bem como os princípios e normas contábeis que regem o assunto e este, por ainda estar em análise pela Secretaria do Tesouro Nacional/MF, a ECT reconheceu o passivo adicional na forma de provisão no valor de R\$ (██████████).

Ressalte-se que a rubrica *Postalis Reservas a Amortizar* totaliza no Balanço Patrimonial da ECT R\$ (██████████) dividido entre Circulante e Não-Circulante.

NOTA 16 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

16.1 – Receita Bruta de Serviços e Vendas

As receitas operacionais da Empresa são decorrentes das atividades postais de franqueamento, mensagem, marketing direto, encomenda, expresso, financeiro, conveniência, correio eletrônico, logística integrada, venda de material de consumo e outras receitas operacionais, no âmbito interno. É composta também pelas receitas internacionais, que são as decorrentes de postagens destinadas ao exterior e de serviços prestados mediante acordos com administrações postais e empresas.

16.2 – Receita Líquida de Vendas e Serviços

Atingiu em 2009 o montante de R\$ 11,0 bilhões. Levando-se em consideração os dez maiores destaques nas vendas, identifica-se que o Franqueamento Autorizado de Cartas e o SEDEX contribuem com 35% e 28% da receita de vendas, respectivamente, situação esta, muito próxima da encontrada em 2008.

RECEITA (2009)	Valor (R\$ mil)	%
Franqueamento Autorizado de Cartas - FAC	3.515.652	35%
Sedex	2.796.231	28%
Selo Estampado	953.068	9%
Contrato de Postagem	934.796	9%
Mala Direta Postal	501.678	5%
Filatelia	421.913	4%
Serca Convencional	315.144	3%
PAC	276.344	3%
Banco Postal	227.112	2%
Impresso Especial	197.001	2%
TOTAL	10.138.939	100%

RECEITA (2008)	Valor (R\$ mil)	%
Franqueamento Autorizado de Cartas-FAC	3.295.759	35%
Sedex	2.580.781	27%
Selo Estampado	1.004.714	11%
Contrato de Postagem	780.656	8%
Mala Direta Postal	539.254	6%
Serca Convencional	373.539	4%
Selo Ordinário	244.337	3%
PAC	219.209	2%
Impresso Especial	214.523	2%
SEED	172.752	2%
Total	9.425.524	100%

16.3 – Custos dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados

Os custos em 2009 atingiram R\$ 7,3 bilhões. Desse total, R\$ 4,2 bilhões são referentes a custo com pessoal e encargos e o restante, foi distribuído, principalmente, entre custos de prestação de serviços de terceiros, transportes e material de consumo.

Cabe destacar que a Empresa realizou em 2009, Plano de Demissão Voluntária - PDV, sendo a primeira fase no segundo trimestre e a última no final do exercício, o que contribuiu em R\$ 415,0 milhões de crescimento nos custos/despesas.

16.4 – Outras Receitas e Despesas Operacionais

O incremento positivo apresentado na comparação com 2008 está relacionado principalmente à negociação e acerto de contas de débitos antigos, conforme detalhado nas notas explicativas 3.7.1 e 5.5.

NOTA 17 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 - Reservas de Capital

Com saldo inicial de R\$ 37,8 milhões, foi diminuída em R\$ 172,0 mil referente a imóveis doados devolvidos, finalizando com saldo de R\$ 37,6 milhões.

17.2 – Reservas Legal

Seu saldo inicial de R\$ 203,6 milhões foi acrescido de R\$ 5,9 milhões referente à destinação de 2009 e finalizou com R\$ 209,5 milhões.

17.3 - Reserva para Projetos de Investimento

Iniciou o período de 2009 com o valor de R\$ 201,3 milhões destinados de Lucros Acumulados e teve o seu saldo transferido para o Capital Social, tendo em vista a proposta de capitalização.

17.4 – Reserva para Contingências

Saldo revertido conforme NE 14.4.

NOTA 18 – DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

18.1 – Provisão para Devedores Duvidosos

Em virtude da diminuição da estimativa desta provisão, conforme NE 3.7.1, houve reversão da mesma o que justifica o saldo positivo apresentado.

18.2 – Valor Adicionado à Disposição da Empresa

A finalidade dessa primeira parte da DVA é evidenciar a riqueza criada pela entidade, a qual chegou ao patamar de R\$ 8,0 bilhões, influenciada principalmente pelo crescimento da receita, conforme NE 16.

18.3 – Distribuição do Valor Adicionado

A segunda parte visa demonstrar como a riqueza gerada pela Empresa foi distribuída, podendo destacar: 72,0% para remuneração do trabalho e 22,0% para remuneração do governo na forma de impostos e juros sobre capital próprio.

NOTA 19 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

19.1 Receita de Variação Patrimonial

O incremento apresentado é justificado pelas notas explicativas 3.7.1 e 5.5.

19.2- Aumento de Outros Valores e Bens acrescidos da variação do Realizável a Longo Prazo

A seguir, estão detalhados os itens responsáveis pela variação de R\$ 50,4 milhões.

RUBRICA	2008 (R\$)	2009 (R\$)	VARIAÇÃO (R\$)
Despesas Antecipadas (Circulante)	2.762.334,98	1.907.407,72	(854.927,26)
Outros Valores e Bens	199.702.724,13	231.403.627,10	31.700.902,97
Adiantamentos	79.483.575,78	87.144.611,99	7.661.036,21
Valores a Compensar	70.134.918,00	100.731.419,36	30.596.501,36
Cobrança Jurídica/Inadimplência	48.051.221,68	37.415.493,74	(10.635.727,94)
Valores a Apurar	861.161,44	4.986.929,47	4.125.768,03
Outros Créditos (Circulante)	1.171.847,23	1.125.172,54	(46.674,69)
Imóveis Funcionais	5.062.895,38	6.146.685,99	1.083.790,61
Depósitos Judiciais Trabalhistas	108.454.977,67	95.519.748,09	(12.935.229,58)
Despesas Antecipadas (Não-Circulante)	948.717,43	50.356,60	(898.360,83)
Outros Créditos (Não-Circulante)	51.184.372,74	51.747.014,29	562.641,55
Total	567.818.746,46	618.178.466,89	50.359.720,43

19.3 Aumento/(Diminuição) das Obrigações acrescidos da variação do Não-Circulante

A variação de R\$ 179,8 milhões é composta pelas rubricas a seguir:

RUBRICA	2008 (R\$)	2009 (R\$)	VARIAÇÃO (R\$)
Encargos Sociais	127.276.477,35	169.943.245,07	42.666.767,72
Impostos e Contribuições	162.192.924,49	262.934.472,18	100.741.547,69
Arrecadações e Recebimentos	153.711.332,80	155.852.021,00	2.140.688,20
Adiantamentos de Clientes	13.983.867,97	17.381.035,05	3.397.167,08
Contas Internacionais a Pagar	29.414.069,93	39.299.468,69	9.885.398,76
Precatórios Judiciais	23.406.759,99	29.283.209,36	5.876.449,37
Participação nos Lucros e Resultados	95.332.203,18	106.741.392,14	11.409.188,96
Receitas a Apropriar	16.474.621,41	62.146.910,02	45.672.288,61
Outros Débitos (Circulante)	15.827.343,36	21.441.194,30	5.613.850,94
*Postalís Reservas a Amortizar	632.838.229,33	533.002.875,65	(99.835.353,68)
Tributos Compensados	90.496.197,70	92.626.910,07	2.130.712,37
Outros Débitos (Não Circulante)	357.842.690,38	48.297.103,61	(309.545.586,77)
Total	1.718.796.717,89	1.538.949.837,14	(179.846.880,75)

* FOI DESCONSIDERADA DO TOTAL A IMPORTÂNCIA DE R\$ 702,0 MILHÕES, CUJO REGISTRO TEVE CONTRAPARTIDA EM PROVISÃO.

9.4 Caixa Líquido das Atividades Financeiras

O decréscimo apresentado está relacionado principalmente às aplicações financeiras que reduziram seu saldo de longo prazo em R\$ 416,6 milhões, conforme detalhado na nota explicativa 4.2.

Brasília-DF, maio de 2010.

Carlos Henrique Almeida Custódio
Presidente

Decio Braga de Oliveira
Diretor Econômico-Financeiro

Ronaldo Takahashi Araújo
Diretor Comercial

José Osvaldo Fontoura Carvalho Sobrinho
Diretor de Tecnologia e de Infra-Estrutura

Roberto dos Santos Souza
Diretor de Administração

Pedro Magalhães Bifano
Diretor de Gestão de Pessoas

Marco Antônio Marques de Oliveira
Diretor de Operações

Marcelo Souza de Lima
Contador CRC/DF 8978/O-DF